

CONTORNOS DA INTERIORIZAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS EM GOIÁS E SUA RELAÇÃO COM PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Anário Dornelles Rocha Junior¹
Célio Antônio de Paula Junior²

RESUMO

A pesquisa busca identificar o processo de crescimento dos cursos superiores nos Institutos Federais no interior do estado de Goiás entre 2017 e 2018 e sua relação com o atual Plano Nacional de Educação, perpassando a legislação, suas nuances e estímulos no processo social. Os procedimentos metodológicos utilizados referem-se à pesquisa quantitativa e documental, com caráter descritivo, visando mapear o quantitativo de institutos federais no interior de Goiás, cursos, número de matrículas e oferta de vagas. As análises documentais foram realizadas sob a vertente dos Planos de Desenvolvimento Institucionais do Instituto Federal de Goiás e do Instituto Federal Goiano, e dos documentos balizadores encontrados no sítio Plataforma Nilo Peçanha. Conclui-se que o processo de interiorização dos Institutos Federais em Goiás tem perpassado por um crescimento alinhando-se ao período vigente do Plano Nacional de Educação, tendo em vista o crescimento do número de cursos, número de matrículas e a oferta de vagas.

Palavras-chave: Interiorização. Instituto Federal de Goiás. Instituto Federal Goiano. Plano Nacional de Educação.

OUTLINES OF THE INTERIORIZATION OF FEDERAL INSTITUTES IN GOIÁS AND THEIR RELATIONSHIP WITH THE NATIONAL EDUCATION PLAN

ABSTRACT

The research seeks to understand the growth process of higher education courses at Federal Institutes in the interior of the state of Goiás between 2017 and 2018 and its relationship with the current National Education Plan, permeating the legislation, its nuances and stimuli in the social process. The methodological procedures used refer to quantitative and documentary research, with a descriptive character, aiming to map the number of federal institutes in the interior of Goiás, courses, number of enrollments and vacancies. The documentary analyzes were carried out under the institutional development plans of the Federal Institute of Goiás and the Federal Institute of Goiás, and the reference documents found on the Plataforma Nilo Peçanha website. It is concluded that the process of interiorization of the Federal Institutes in Goiás has undergone a growth in line with the current period of the National Education Plan, in view of the growth in the number of courses, number of enrollments and the offer of vacancies.

Keywords: Interiorization. Federal Institute of Goiás. Federal Institute of Goiás. National Education Plan.

Recebido em 15 de junho de 2022. Aprovado em 15 de julho de 2022.

¹ Mestre, Professor do curso de Educação Física do Centro Universitário Araguaia – e-mail: anario.junior@uniaraguaia.edu.br

² Doutor, Professor do curso de Educação Física do Centro Universitário Araguaia – e-mail: celio.junior@uniaraguaia.com

INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais (IFs) são autarquias federais constituídas “de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático pedagógica e disciplinar, equiparado às universidades federais”, conforme exposto no artigo 207 da Constituição Federal (PDI, 2019, p. 04). Os IFs são organizados em multicâmpus situados nas capitais e no interior do Brasil, de forma pluricurricular, mediante a composição de ensino, pesquisa e extensão, direcionados ao ensino profissional e tecnológico gratuito nos diversos níveis e modalidades.

Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2017 (BRASIL, 2017), existem 40 Institutos Federais distribuídos no cenário brasileiro, sendo que 30 unidades estão situadas nas capitais e 10 no interior. A região Norte conta com 7 unidades nas capitais e nenhuma no interior; a região Nordeste possui 11 unidades nas capitais e 1 unidade no interior; a região Sudeste posiciona 11 unidades, sendo que 05 estão localizadas na região interiorana; a região Sul possui 6 unidades, sendo que 04 situam no interior e na região Centro Oeste demonstra-se a existência de 05 unidades, todas localizadas nas capitais.

De maneira especial, os mesmos dados apontam o estado de Goiás com 02 unidades dos Institutos Federais, mas nenhuma dessas localizam-se na região interiorana do Estado, tendo em vista que se estabelece o posicionamento da reitoria como demarcação (BRASIL, 2017). No entanto, cabe considerar e refletir que os presentes dados não apresentam a composição em sua totalidade dos câmpus e campis daqueles institutos de ensino, tendo em vista que o processo de expansão e interiorização da educação superior no Brasil apresenta um crescimento a partir do cenário político, bem como, aos programas voltados a educação superior nos últimos anos.

Nesse entendimento, verifica-se que a conjuntura da interiorização se dá a partir do cenário de expansão da educação superior no Brasil desde a década de 70 e 80, tendo em vista o processo da “natureza e o caráter das modalidades de expansão e interiorização implementadas no Estado, com a participação direta do poder municipal” (DOURADO, 2001, p. 8). Diante de tais aspectos, a educação superior no estado de Goiás também esteve direcionada no processo de interiorização, haja vista que o cenário particular não está desvinculado no cenário global. Cabe considerar que a criação dos IFs ocorreu entre o período de governo de Luiz Inácio Lula da Silva e o Cefet no período de governo de Fernando Henrique Cardoso.

A nota técnica do IBGE relativa à população dos municípios, referência em 1º de julho de 2014, apresenta 23,81% da população vivendo nas capitais, sendo que ao analisar as regiões metropolitanas, este número sobe para 44,35%, portanto, o interior do país, conta com 55,65% de sua população (CAMPOS, 2016). E ainda, segundo Dourado (2001, p 24):

Na esfera educacional e, particularmente, nas políticas para a educação superior, o fenômeno da interiorização é significativo. O crescimento dos grandes centros, a necessidade de fixação do homem nas cidades menores, as demandas por serviços de saúde e educação e, sobretudo, pela implantação de escolas superiores tem provocado a emergência de bandeiras em defesa da interiorização.

Sintetizar a concepção de interiorização mediante a expansão de educação superior como a garantia das oportunidades educacionais, possui enquanto ponto de partida o “incremento de matrículas, as modalidades em que se efetivam esse processo (criação de escolas e expansão de vagas) como resultante ou não resultante das políticas adotadas na descentralização da oferta de vagas e a criação de escolas no interior dos Estados” (DOURADO, 2001, p. 23).

O presente estudo possui enquanto objetivo identificar o processo de crescimento dos cursos superiores nos Institutos Federais no interior do estado de Goiás entre 2017 e 2018 e sua

relação com o atual Plano Nacional de Educação, perpassando a legislação, suas nuances e estímulos no processo social.

O delineamento desse período possui como direção a utilização da Plataforma Nilo Peçanha, a qual ativada no ano de 2017 mediante a disponibilização de dados da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica SETEC/MEC.

O processo de expansão e interiorização na educação superior no Brasil

O campo da Educação Superior e sua relação com a dinâmica de expansão de ensino perpassam por princípios, normas, diretrizes, planos, manifestações, processo de gestão, aspectos de financiamento e procedimentos em face das políticas, tendo em conta as construções sociais que envolve tal fenômeno. O processo de interiorização a função do desenvolvimento social delinea o arcabouço das ideias que anunciam a aproximação da educação superior para os indivíduos.

A interiorização aparece como consequência inevitável da ampliação de oportunidades e serviços, apresentando-se como fator de consolidação e desenvolvimento de cidades interioranas. Esse processo de interiorização geográfica do ensino superior, através da criação de estabelecimentos isolados, efetivou-se sob o discurso de modernização e de desenvolvimento regional (DOURADO, 2001, p. 24).

Segundo Dourado (2001) e Ferreira (2010), o ano de 1808 configura-se o início das escolas superiores, sendo que o processo de expansão do educação superior pode ser analisado em três recortes temporais: 1º) Expansão do educação superior entre o período de 1930 a 1964; 2º) A privatização do regime militar; 3º) A expansão do educação superior na década de 1980 e as políticas de privatização do público.

Sendo o primeiro estruturado pelos movimentos para a expansão das oportunidades educacionais e renovação da estrutura escolar, mediante o contexto do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Ademais, aponta-se a expansão a partir do Estatuto das Universidades Brasileiras em 1931 e a criação de universidades através da agregação de escolas isoladas e a criação da União Nacional dos Estudantes em 1938. E ainda, identifica-se um modelo padrão universitário através da Universidade do Brasil e a Abertura de escolas superiores pelos poderes públicos e particulares. Sendo necessária a autorização do governo central para o curso, mediante pedido ao Ministério da Educação, oitiva do Conselho Nacional de Educação e parecer do Presidente da República. Após dois anos era necessário o reconhecimento do curso pelo Ministério da Educação e Saúde, conforme Decreto-Lei nº 421, de 11 de maio de 1938. Além disso, ressalta que até o final do Estado Novo configurou-se no Brasil cinco universidades: Universidade de Minas Gerais, Universidade de São Paulo, Universidade Porto Alegre, Universidade do Brasil, Universidade Rural do Brasil. Em 1935, foi criada a Universidade do Distrito Federal (DOURADO, 2001).

Já o segundo momento evidencia a expansão de estabelecimentos isolados no setor privado, mediante expansão de matrículas, enquanto nas universidades públicas houve uma expansão com contenção, tendo em conta os incentivos pelo poder público e subvenções às faculdades e universidades particulares (crédito educativo, isenção de imposto, bolsas); e a implementação de fundações educacionais no controle na expansão do educação superior no setor público. Além do mais, verifica-se o contexto da Reforma Universitária em 1968, a qual reorganizou a educação superior e visou responder ao excedente de estudantes advindos do ensino médio e a falta de vagas para a educação superior (DOURADO, 2001, p. 47).

O terceiro momento aponta a articulação entre as diferentes esferas do poder público, o regime de co-responsabilidade, a descentralização e descontração das ações educacionais. E ainda, aponta os debates nas Conferências para a educação, a Consolidação de Universidades

Estaduais Paulista, Pará, Paraná, Bahia, Minas Gerais e Goiás; a intensificação de ações para a ampliação de vagas na educação superior, bem como, a expansão das fundações públicas federais de educação superior e ampliação e autorização das instituições privadas (DOURADO, 2001).

O processo de interiorização da educação superior começou nos anos de 1950, expandindo na década de 1990, quando o número de universitários brasileiros alcançou a casa de 1,5 milhão. Esse novo cenário é resultado da política de interiorização da educação superior que foi sendo desenvolvida nos últimos anos pelo governo federal (FERREIRA; OLIVEIRA, 2016). Há um movimento de mudança na educação superior, nas formas de gestão, organização e em seus papéis sociais, o que se intensificou nas últimas décadas no Brasil, devido ao processo de expansão e interiorização das universidades públicas:

Desde os anos 1990, o sistema de educação superior no Brasil, vem sofrendo modificações substantivas nas políticas de financiamento, avaliação, padrões de qualidade, formação, pesquisa, pós-graduação, gestão e organização das IES. Essa dinâmica, por sua vez, articula-se ao processo de diversificação das instituições, dos programas, dos cursos, das finalidades e das vocações institucionais, aliadas ao processo de expansão, regionalização e atendimento ao meio econômico e social onde estão inseridas (FERREIRA; OLIVEIRA, 2016, p. 8).

Esse processo respalda-se nos governos presidenciais de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) e de Dilma Rousseff (2011-2016), caracterizado pelo projeto político-ideológico desenvolvimentista, em que as IES assumem claramente área estratégica de desenvolvimento econômico e social, alinhando-se às necessidades e demandas do mercado. “A universidade assumiu a perspectiva de formar profissionais com competências para o mundo do trabalho e com capacidade de produzir conhecimentos, tecnologias e inovações ajustados às demandas produtivas” (FERREIRA; OLIVEIRA, 2016, p. 19). Cabe considerar que alguns aspectos são relevantes e que devem ser considerados a partir do processo de interiorização, como: a ampliação das possibilidades econômicas a partir do desenvolvimento da cidade; a ampliação das possibilidades de emprego de boa qualidade, bem como, mudanças na configuração local, favorecendo o crescimento do país na promoção da equidade (FERREIRA; OLIVEIRA, 2016).

Verificar o processo de interiorização não pode estar restrito a expansão da educação superior nas cidades interioranas, mas também, a expansão das IES na região norte e nordeste do Brasil, pois as regiões mais pobres são menos lucrativas para o setor privado, pois a oferta de ensino técnico e superior pelo Estado pode levar a iniciativa privada a investir nessas regiões. Diante de tais aspectos, o programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão do Ensino Superior (REUNI) e o controle de qualidade (ANDIFES) foram importantes para o processo interiorização, conforme apontam Oliveira e Dourado:

Observa ainda um crescimento mais intenso das matrículas públicas no Brasil a partir de 2008, decorrente de políticas públicas, sobretudo federais, que favoreceram ao processo de criação de novas vagas e matrículas nas universidades federais e nos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia (IFs). Nesse processo, destaca-se a partir de 2003: a ampliação da rede federal de educação tecnológica e profissional; a criação do Programa Expandir, voltado para a criação de novas universidades e campi, especialmente para a interiorização da oferta; a criação da Universidade Aberta do Brasil; a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), focado na expansão das universidades federais, nos cursos noturnos, na redução das taxas de evasão e ocupação de vagas ociosas, na permanência dos estudantes e na reestruturação curricular,

focando na criação de cursos com formação mais geral e flexível (DOURADO; OLIVEIRA, 2016, p. 1333).

Segundo Ferreira (2010), o processo de interiorização esteve como base no REUNI, criado em 2007, sendo que cada instituição de ensino formatou seu projeto considerando as demandas da comunidade acadêmica e realidade local. A autora apresenta que o número de campi aumentou de 151 para 267, de 2003 a 2010, passando de 114 a 235 municípios, sendo que no primeiro ano de funcionamento, os recursos destinados ao REUNI foram da ordem de R\$ 415 milhões, chegando a 2012 o valor de R\$ 3,5 bilhões. Conforme relatório da Andifes, a implantação de campi em cidades afastadas de grandes centros, gerou reflexos imediatos na economia destas regiões, na formação e fixação de profissionais capacitados, induzindo automaticamente novos polos de desenvolvimento econômico e cultural (FERREIRA, 2010).

Diante desse programa aponta-se alguns resultados, tais como: I – Ampliação da oferta de educação superior: vagas (2008 – 144.725 a 2010 - 199.282) e cursos (2008 – 2.567 a 2010 - 3.225); II – Reestruturação acadêmico curricular; III - Assistência estudantil: moradia estudantil; alimentação; transporte, assistência à saúde e inclusão digital; IV – Suporte da pós-graduação ao desenvolvimento e aperfeiçoamento qualitativo dos cursos de graduação. Ademais, Dourado e Oliveira com base no Censo da Educação Superior de 2013 apontam que:

O Censo da Educação Superior de 2013 registrou um total de 7.305.977 matrículas, sendo 5.373.450 na categoria administrativa privada. Do total das matrículas públicas (1.932.527), 1.137.851 são ofertadas na categoria pública federal, enquanto 604.517 na estadual e 190.159 na municipal. Ao todo havia 32.049 cursos, sendo 21.199 no setor privado e 10.850 no setor público. O total de concluintes foi de 991.010, sendo 761.732 na categoria administrativa privada e 229.278 na pública. Todas essas matrículas são ofertadas por 2.391 instituições, sendo que as universidades, 8,2% das instituições, oferecem 53,4% das matrículas na graduação, enquanto os centros universitários oferecem 15,8%, as faculdades 29,2% e os IFs e Cefets 1,6%. Do total de instituições (2.391), 2090 são privadas e 301 são públicas (106 federais, 119 estaduais e 76 municipais) (DOURADO; OLIVEIRA, 2016, p. 1334).

Nesse entendimento, verifica-se que a expansão da educação superior estava em crescimento conforme dados de 2008 e 2010. Acerca da categoria de controle de qualidade, houve uma expansão de faculdades e centros universitários privados, no discurso do acesso a educação superior, entretanto, alguns empresários encararam como um negócio qualquer, resultando na má qualidade, a saturação do mercado e ociosidade de vagas (FERREIRA, 2010).

Além disso, os programas PROUNI (Programa Universidade Para Todos) e FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) auxiliaram na expansão e interiorização, mas não adianta multiplicar o número de cursos sem uma qualidade mínima para que o aluno possa mais tarde exercer sua profissão em plenitude, tendo em vista os critérios avaliativos do Ministério da Educação, em face da instituição, dos cursos e no desempenho dos alunos (FERREIRA, 2010). Em contrapartida, verifica-se que a expansão em face do sistema de ensino público representa melhor qualidade e um avanço no desenvolvimento local, mesmo que em algumas instituições verifica-se a existência de vagas ociosas em cursos e que existem influências político partidárias na escolha dos locais para a inserção das unidades de ensino (FERREIRA, 2010).

Os desafios da interiorização perpassam pelo PNE (2014-2024), tendo em conta os processos ou mecanismos de expansão da graduação e pós-graduação em face das reais necessidades que rodeiam a sociedade civil mediante a “elevação da qualificação/formação da população como direito social; formação crítico-cidadã no mundo do trabalho; produção de conhecimento que permita avanços no desenvolvimento econômico, social e cultural do país, contribuindo para inclusão social” (DOURADO; OLIVEIRA, 2016, p. 1334).

O atual Plano Nacional de Educação (2014-2024) e sua relação com a educação superior

O PNE, vigente entre o período de 2001 a 2010, lei 10.172/2001 foi construído em decorrência das iniciativas da sociedade civil em face dos trabalhadores de educação nacional, embasados na magna carta e legislações educacionais no ano de 1997, proposto no II Congresso Nacional de Educação em Belo Horizonte, cujo objetivo principal é suprir a necessidade das pessoas em ter acesso e permanência na educação, de forma qualitativa, coletiva e democrática, aproximar estratégias e objetivos com a realidade social dos sujeitos (HERMIDA, 2006, p. 41-42).

Nesse sentido, um dos instrumentos delimitadores do ensino é o PNE, o qual se apresenta como competência privativa da União para ser elaborado, conforme inciso XXIV do artigo 22 da CF 1988, bem como, o artigo 214 CF 1988 o qual delimita que o PNE deve ser estabelecido em regime de colaboração direcionado para todos os níveis de ensino. Em decorrência do presente artigo, o atual PNE, cristalizada na lei 13.005/14, possui a vigência entre 2014 a 2024, buscando atender os requisitos basilares legais, apresentando 10 diretrizes, 20 metas e 254 estratégias, que devem ser executadas pelos entes federativos de acordo com o regime de colaboração previsto legalmente (BRASIL, 2014). Diante dessas constatações o artigo 2º do PNE correlaciona algumas diretrizes gerais expressas na magna carta 1988:

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; IV - melhoria da qualidade da educação; V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; IX - valorização dos (as) profissionais da educação; X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014).

Essas diretrizes detalham os apontamentos do PNE (2014-2024) em face da educação superior, dentre as 20 metas elencou 03 no seu texto em conjuntos com algumas estratégias:

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Essas metas buscam alcançar um crescimento do tripé da educação superior no Brasil, propondo a expansão do ensino, pesquisa e extensão na condução de ampliar o acesso e a permanência dos sujeitos nesse nível de ensino, enquanto bem público e direito social, tendo em vista que “Se a educação superior não é uma mercadoria ou simplesmente um serviço, cabe

ao Estado expandir e incluir, mas também regular, regulamentar, supervisionar e avaliar a oferta de modo a garantir sua qualidade” (DOURADO; OLIVEIRA, 2016, p. 1335).

Na busca de alcançar tais metas e sua relação com o processo de interiorização, algumas estratégias devem ser ressaltadas, pois segundo dados do INEP (2014), a meta 12 estabeleceu 21 estratégias gerais, sendo a 12.1 “otimizar a estrutura física e de recursos humanos, mediante ações planejadas de forma a ampliar e interiorizar o acesso à graduação”, a 12.2; “ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema UAB”; 12.3; “elevar a taxa de conclusão da graduação presencial nas universidades públicas para 90% e ofertar no mínimo, um terço das vagas em cursos noturnos”; 12.4 “fomentar educação superior pública e gratuita para a formação de professores para a educação básica”; 12.5 “ampliar as políticas de inclusão aos estudantes de instituições públicas”; 12.9” ampliar a participação de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, mediante políticas afirmativas”; 12.12 “consolidar e ampliar programas de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação”; 12.16 “consolidar processos seletivos nacionais e regionais para acesso à educação superior como forma de superar exames vestibulares isolados”; 12.18 “estimular a expansão e reestruturação das instituições de educação superior estaduais e municipais cujo ensino seja gratuito;” (BRASIL, 2014).

Já a meta 13 estabeleceu 9 estratégias, sendo que a estratégia 13.5 aponta “elevar o padrão de qualidade das universidades, direcionando sua atividade, de modo que realizem pesquisa institucionalizada, articulada a programas de pós-graduação stricto sensu”; a 13.7) “fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas na atuação regional, inclusive por meio de PDI integrado, assegurando visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2014).

E a meta 14, apresentou 15 estratégias, dentre estas identifica-se a 14.1 “expandir o financiamento da pós-graduação stricto sensu por meio das agências oficiais de fomento”; 14.4 “expandir a oferta da pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância”; 14.6 “ampliar programas de pós-graduação stricto sensu, os de doutorado, nos campi novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas”; 14.12 “ampliar o investimento na formação de doutores de modo a atingir a proporção de 4 doutores por 1.000 habitantes” (BRASIL, 2014).

Aspectos contextuais da expansão e interiorização dos Institutos Federais no estado de Goiás e sua interface com o Plano Nacional de Educação

O espaço da pesquisa proposta possui como centralidade os Institutos Federais em Goiás, no entanto, para entender tais elementos e suas relações, o desdobramento histórico da educação superior no estado de Goiás de forma geral precisa ser contextualizado.

Em síntese, as políticas expansionistas de interiorização da educação superior em Goiás na década de oitenta, vinculadas ao poder municipal, situaram no âmbito global das políticas desencadeadas no estado de Goiás, pois não são autônomas, mas apresentam-se inseridas na lógica global do Estado brasileiro em face de suas particularidades históricas e, consequentemente, a sua função social. Nesse sentido, verifica-se que a educação superior no Estado de Goiás foi direcionado a partir da construção da Faculdade de Direito de Goyas (1903-1916; 1931); Universidade Católica (1959); Universidade Federal (1960); Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão (Anápolis, 1960), Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis (1960) e Escola Superior de Educação Física (ESEFEGO-1960) (OLIVEIRA et al, 2006).

Na década de 1980, o processo de redefinição política em Goiás acena com políticas educacionais de expansão superior na defesa do desenvolvimento da região e a interiorização do ensino. Nesse contexto, o estado de Goiás em face do processo de interiorização construiu-

se a partir dos municípios de Anicuns, Catalão, Goiatuba Itumbiara, Jataí, Luziânia Mineiros e Rio Verde, bem como, o Decreto nº 33.555/1990 instituiu a criação da Universidade Estadual de Goiás- Anápolis, como fundação Pública (DOURADO, 2001). Diante desse espaço, Oliveira (2006, p. 26) demonstra que a “interiorização em Goiás buscou a integração e desenvolvimento dos municípios buscando melhorar a qualidade de vida e oferta de serviços, como sinônimo de prestígio, desenvolvimento e avanço tecnológico”, tendo em vista a política de diversificação e flexibilização do governo federal, iniciada pelo projeto neoliberal durante o primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso entre 1995 a 1998 (DOURADO; OLIVEIRA, 2001).

Nessa perspectiva, situam o campo da educação superior em Goiás, contextualizando o estado e sua atuação como “pólo de desenvolvimento econômico” no país, indicando os processos de mudança ocorridos, principalmente a partir da LDB (lei 9.394/96 e do decreto nº 2.306/97, que trata da natureza e da organização das Instituições de Educação superior (IES). De acordo com Dourado e Oliveira (2001, p. 69) “Essa legislação federal, insere-se em uma clara política de expansão da educação superior, marcada por processos de flexibilização, de avaliação e de acirramento da competição entre as IES”.

Esses conhecimentos incrementam na reflexão de entender o processo de construção dos Institutos Federais em Goiás, sendo que o início da instituição IFG, contextualizado com o período em que a oligarquia agrária era a forma de organização política nacional, se deu na Cidade de Goiás, por meio do Decreto nº 7.566/1909. Nessa época, o processo de formação oferecido por esta escola foi apenas o de conteúdos de domínio da linguagem e de cálculos básicos, portanto sua função social era restrita a educação para a profissionalização mínima da população marginalizada com o intuito de conter as atividades consideradas mais baixas.

A partir da fundação da nova capital do estado de Goiás em 1933, a instituição foi transferida para Goiânia em 1942, oferecendo cursos profissionalizantes na área industrial e mudando seu nome para Escola Técnica de Goiânia. Em 1959, as escolas foram convertidas em Escolas Técnicas Federais, ainda com autonomia restringida. Em 1960, foram criadas as Escolas Agrotécnicas. Em 1965, as escolas passaram a se chamar Escola Técnica Federal de Goiás, ainda com enfoque do ensino técnico nas áreas industriais. Em 1971, foi implantada a Lei nº 5.692, em que estabelecia a profissionalização em todas as redes no antigo segundo grau. No âmbito federal, essa mudança teve uma característica diferente das escolas estaduais, pelo fato de que nas escolas federais, convergiu-se em formação integrada da formação profissional e formação geral, enquanto nas segundas, houve o fracasso por conta da falta de qualificação docente, recursos materiais e de orientação educacional. Em 1992, a escola passou a se chamar Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, mudando também sua função social, que passou a ser também responsável pela educação superior dentro da instituição (BRASIL, 2019).

Segundo dados dos Planos de desenvolvimentos dos Institutos Federais, logo após esse período, verificou-se que:

Em 29 de dezembro de 2008, por meio da promulgação da Lei nº 11.892, publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2008, o CEFET-GO foi transformado em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). A função social da Instituição foi mais uma vez ampliada. A ela foi atribuída a função de oferecer diversos níveis de ensino – formação inicial de trabalhadoras/es (FIC), cursos técnicos e cursos superiores de tecnologia, bacharelado, licenciatura e pós-graduação – e de promover pesquisa e extensão contextualizada. Recebia destaque a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a convergência entre ciência, tecnologia e cultura nos desenhos curriculares e a condução de políticas e programas voltados para a inclusão e para a diversidade. Além da ampliação da sua função social, a Instituição também foi expandida por meio de uma estrutura multicâmpus, o que, em última instância, acarretou profundas mudanças em sua organização administrativa e acadêmica (PDI IFG, 2019, p. 10).

Nessa direção, percebe-se que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, foi criado pela Lei Federal nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, reconfigurando os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). Para tanto, é fundamental olhar que:

De acordo com o disposto na Lei, o Estado de Goiás ficou com dois Institutos: O Instituto Federal Goiano, vocacionado às ciências agrárias e o Instituto Federal de Goiás à área industrial. O IF Goiano integrou os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets) de Rio Verde, de Urutaí e sua respectiva Unidade de Ensino Descentralizada de Morrinhos, mais a Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCE) – todos provenientes de antigas escolas agrícolas. Como órgão de administração central, tem sua Reitoria instalada em Goiânia, Capital do Estado. Em 2010, inaugura o Câmpus Iporá, localizado na região Oeste de Goiás e, em 2011, com uma nova expansão da Rede Federal, foi contemplado com três novos câmpus que estão em fase de implantação nas cidades de Campos Belos, Posse e Trindade. Já em 2014, iniciou atividades em quatro câmpus avançados, nos municípios de Catalão, Cristalina, Hidrolândia e Ipameri (PDI IFGOIANO, 2019, p. 1).

Ao analisar os dados do Censo da Educação Superior de 2017, verifica-se a existência de 10.239 matriculados no IF/CEFET no estado de Goiás, sendo que 5.508 estão nos cursos de bacharelado; 3.136 nos cursos de licenciaturas e 1.595 nos cursos tecnológicos. Cabe considerar, que 4.829 são matrículas referentes ao sexo feminino distribuídas em 2.133 em cursos do bacharelado; 1.990 em cursos da licenciatura de 706 em cursos tecnológicos. Em contrapartida, 5.410 são matrículas do sexo masculino, distribuídas 3.375 no curso de bacharelado; 1.146 em cursos de licenciatura e 889 em cursos tecnológicos (BRASIL, 2017).

Ademais, identificou-se que no ano de 2017 os números de cursos de graduação presenciais nos IFs em Goiás perpassavam por 27 cursos na capital e 73 em cursos na região interiorana. Nesse sentido, o quantitativo de matrículas em cursos de graduação presenciais totalizou em 2.857 na capital e 7.382 no interior, sendo que 5.295 são cursos realizados no período noturno e 4.944 no período matutino (BRASIL, 2017).

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo desenvolveu suas análises tendo como pressupostos a pesquisa documental (MARCONI; LAKATOS, 2010), mediante a opção pela abordagem quantitativa (CHIZZOTTI, 1995). A coleta de dados aconteceu nos meses de janeiro e fevereiro de 2019 com dos documentos legais dos Institutos Federais. Foram selecionados os sites do Instituto Federal de Goiás (IFG) e Instituto Federal Goiano (IFGoiano), bem como, a análise do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) dos dois Institutos e o acesso a Plataforma Nilo Peçanha (PNP)³, a qual foi criada em 2018 pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. Essa plataforma destina-se à coleta e publicização de dados oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O presente percurso localizou o quantitativo de unidades e cursos espalhados no interior do estado e sua relação com o período vigente do PNE.

Diante desses dados, buscou-se mapear o contexto da educação superior do IFG e do IF Goiano mediante as informações dos campi situados na região interiorana do estado, em face das categorias: campi; ano de criação; quantitativo de cursos de graduação e especialização *lato* e *strictu sensu*; cursos ofertados; matrículas; ingressantes; concluintes; vagas e inscritos no ano base de 2017, dados atuais do ano de 2018 conforme Plataforma Nilo Peçanha.

³ <https://www.plataformanilopecanha.org/#/login>

RESULTADOS

Diante do contexto do IFG, verifica-se que até o ano de 2019 existem 14 campi, sendo 02 situados na cidade de Goiânia e 12 campi no interior, conforme demonstrado no quadro:

Quadro 1 – Campus IFG

Câmpus	Ano de Criação	Câmpus	Ano de Criação
Águas Lindas	2014	Inhumas	2006
Anápolis	2010	Itumbiara	2008
Aparecida de Goiânia	2012	Jataí	1988
Cidade de Goiás	2012	Luziânia	2010
Formosa	2010	Senador Canedo	2014
Goiânia	1942	Uruaçu	2008
Goiânia Oeste	2014	Valparaíso	2015

Fonte: PDI IFG (2019)

Sinteticamente, pode-se afirmar que 11 campi foram construídos a partir do ano 2008, período de instituição legal dos Institutos Federais e além disso, período associado ao governo presidencial de Luís Inácio Lula da Silva, chamando a atenção da política de educação para todos vinculada a uma perspectiva de reforma educacional. Além disso, destaca-se que 02 campi foram criados no período de 2012 e assinala que 04 campi foram criados após o ano de 2014, destacando o percurso ligado ao período do atual Plano Nacional de Educação e, ainda, a correlação com a meta 12, e de forma específica a estratégia 12.1, tendo em conta a ampliação e interiorização ao acesso da graduação com a construção de novas unidades a partir de 2014.

A incidência da grande diversidade das unidades do IFG no interior de Goiás direciona a análise para diversas categorias, dentre elas, apontam o número de matrículas, ingressantes, concluintes, vagas e inscritos, conforme os dados referentes aos anos de 2017 e 2018:

Tabela 1 – IFG (Quantidade de cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, vagas e inscritos (2017))

IFG	Cursos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes	Vagas	Inscritos
Total	37	4.377	1.224	386	1.286	4.224
Bacharelado	15	1946	513	131	507	1.629
Licenciatura	13	1.810	494	150	565	1.076
Tecnológico	5	475	143	62	140	240
Especialização	2	37	31	5	31	37
Mestrado Prof	2	109	43	38	43	1.242

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha 2018 (Ano Base 2017)

Tabela 2 – IFG (Quantidade de cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, vagas e inscritos (2018))

IFG	Cursos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes	Vagas	Inscritos
Total	38	4.443	1.335	468	1.471	8.107
Bacharelado	15	2.063	555	171	573	3.854
Licenciatura	14	1.752	581	182	677	2.961
Tecnológico	6	486	152	107	195	1.266
Especialização	1	30	0	2	-	-
Mestrado Prof	2	112	47	6	26	26

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha 2019 (Ano Base 2018)

Nesse contexto, verifica-se que no período de um ano, houve aumento de 01 curso de nível superior, tendo em vista a inserção de 01 curso de licenciatura e 01 de curso tecnológico e a retirada de 01 curso de especialização. O aumento do curso de licenciatura constitui um elemento particular da estratégia 12.4 mediante o fomento educação superior pública na perspectiva formativa de professores para educação básica. Além disso, registra-se que houve um aumento de 66 matriculados, sendo um aumento de 117 nos cursos de bacharelado, uma redução de 58 nos cursos de licenciatura, aumento de 11 nos cursos tecnológicos, bem como uma redução de 7 matrículas nos cursos de especialização e um aumento de 03 matrículas no curso de mestrado profissional. Agrupando tais dados, verifica-se que houve uma redução no quantitativo de matrículas na licenciatura mesmo com o aumento de 01 curso nessa modalidade, em contrapartida, visualiza-se aumento do curso tecnológico e o aumento de matrículas.

E ainda, observa-se que houve um aumento de 111 ingressantes nos cursos superiores, aumento de 82 pessoas que concluíram os cursos, bem como, um crescimento de 185 vagas e que o quantitativo de inscritos foi superior a 3.883 em face do ano 2017. Analisando o atual sistema educacional do IFG (PDI, 2019), verificou-se que a organização dos campos e a disponibilidade dos cursos de graduação e pós-graduação estão configurados prioritariamente à oferta de ensino de acordo com a necessidade e o mercado de trabalho de determinada região.

Partir do reconhecimento dos cursos de graduação e pós graduação como local de formação continuada e possibilidade de pesquisa, verifica o direcionamento dado na estratégia 13.5 do PNE, elevando o padrão de qualidade tendo em vista a variedade de mestrados profissionais disponibilizados para a sociedade. Possuindo como base as informações supramencionadas, verifica-se que os campi do IFG demonstram diversas linhas de atuação, acentuando o processo da pluralidade dos tipos de cursos, induzindo a expansão da educação superior e a interiorização da educação superior em Goiás, bem como, a busca da qualidade de ensino em face das particularidades sociais e econômicas de cada região.

Nesse sentido, a tabela abaixo apresenta o quantitativo de cursos no IFG no interior:

Quadro 2 - Quantidade e tipos de curso no IFG

Curso	Águas Lindas de Goiás
	Não possui oferta de curso de graduação e pós graduação.
Curso	Anápolis
Grad (5)	1 - Ciência da computação; 2 - Engenharia civil da mobilidade; 3 - Ciências sociais; 4 – Logística; 5 – Química.
M (1)	1 – Educação Profissional e Tecnológica.
Curso	Aparecida de Goiânia
Grad (5)	1 - Engenharia Civil; 2 – Pedagogia; 3 - Pedagogia Bilíngue.
Curso	Cidade de Goiás
Grad	1 – Cinema e Audiovisual; 2 – Artes Visuais.
Curso	Formosa
Grad (2)	1 - Engenharia Civil; 2 - Ciências Biológicas; 3 - Análise e Desenvolvimento de Sistemas; 4 - Ciências Sociais.
Esp (1)	1 – Docência na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica.
Curso	Inhumas
Grad (5)	1 - Ciência e Tecnologia de Alimentos; 2 – Informática; 3 - Sistemas de Informação 4 – Química; 5 - Formação Pedagógica para Graduados Não Licenciados.
Esp (1)	1 – Docência na Educação Profissional, Tec. E Tecnológica.
Curso	Itumbiara
Grad (3)	1 – Engenharia de Controle e automação; 2 - Engenharia elétrica; 3 – Química.
Esp (1)	1 – Fontes renováveis de energia.

Curso	Jataí
Grad (5)	1 - Engenharia Civil; 2 - Engenharia Elétrica; 3 – Física; 4 - Análise e Desenvolvimento de Sistemas; 5 - Formação Pedagógica para Graduados não licenciados.
Esp (1)	1 – Docência na Educação Profissional, Técnica e Tecnológica.
Curso	Luziânia
Grad (4)	1 - Sistemas de Informação; 2 - Licenciatura: Formação Pedagógica para Graduados não licenciados; 3 – Química; 4 – Análise e Desenvolvimento de Sistemas.
Esp (1)	1 – Docência na educação Profissional, Técnica e Tecnológica.
Curso	Senador Canedo
Esp (1)	1 - Docência universitária.
Curso	Uruaçu
Grad (4)	1 – Engenharia Civil; 2 – Química; 3 – Análise e Desenvolvimento de Sistemas.
Curso	Valparaíso
Grad (1)	1 – Matemática.

Fonte: Dados criados pelo autor (PDIIFG, 2019)

Ao visualizar os presentes dados, necessário se faz situar a maneira em que os diferentes campi indicam os números organizacionais em face do acesso e permanência na educação superior interior de Goiás:

Tabela 3 – IFG (Quantidade de cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, vagas e inscritos por unidade (2017))

IFG	Cursos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes	Vagas	Inscritos
Águas Lindas Goiás	-	-	-	-	-	-
Anápolis	6	495	200	40	201	1.527
Aparecida	3	424	108	19	108	300
Cidade de Goiás	2	148	59	0	60	84
Formosa	4	561	149	43	178	559
Inhumas	4	420	97	74	96	103
Itumbiara	5	645	191	23	192	587
Jataí	6	644	150	111	179	442
Luziânia	3	408	104	18	109	246
Senador Canedo	-	-	-	-	-	-
Uruaçu	3	531	188	58	126	336
Valparaíso	1	101	38	0	37	58

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha 2018 (Ano Base 2017)

Tabela 4 – IFG (Quantidade de cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, vagas e inscritos por unidade (2018))

IFG	Cursos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes	Vagas	Inscritos
Águas Lindas	-	-	-	-	-	-
Anápolis	7	610	234	67	255	2.108
Aparecida	3	434	120	34	117	822
Cidade de Goiás	3	193	78	17	111	291

Formosa	4	569	135	81	220	1.359
Inhumas	4	303	113	47	107	329
Itumbiara	5	721	198	57	206	887
Jataí	5	598	174	74	158	786
Luziânia	3	431	113	37	113	577
Senador Canedo		-	-	-	-	-
Uruaçu	3	487	131	54	145	689
Valparaíso	1	97	39	0	39	259

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha 2019 (Ano Base 2018)

De acordo com a tabela e os dados entre 2018 a 2017, identifica-se que a oferta de vagas apresentou uma redução apenas no campus Jataí e em relação aos matriculados, observa-se que os campi que tiveram um crescimento foram: Anápolis (115), Aparecida de Goiânia (10), Cidade de Goiás (45), Formosa (8), Itumbiara (76) e Luziânia (23), em contraposição, os campi que apresentaram uma diminuição de matriculados foram: Inhumas (117), Jataí (46), Uruaçu (44) e Valparaíso (4). Após reflexão do IFG, necessário se faz refletir a composição do IFGoiano, a qual envolve a constituição de 12 campi reordenados pelo interior do estado de Goiás, conforme destacado abaixo:

Quadro 3 - Campus IFGOIANO

Câmpus	Ano de Criação	Câmpus	Ano de Criação
Campos Belos	2014	Iporá	2010
Catalão	2014	Morrinhos	1994 (IF 2008)
Ceres	1994 (IF 2008)	Posse	2013
Cristalina	2014	Rio Verde	1969 (IF 2008)
Hidrolândia	2014	Trindade	2015
Ipameri	2014	Urutaí	1953 (IF 2008)

Fonte: PDI IF GOIANO (2019)

Em resumo, constata-se que 04 campi foram reconfigurados em 2008, conforme período já alertado anteriormente. Apesar dessas influências identifica-se que 08 campi coadunam sua criação ao período em que os recursos do programa Reuni direcionavam o processo de expansão da educação superior, demarcando ainda que 06 campi foram criados em 2014, período em vigor do atual PNE, conforme direcionado pela meta 12 e estratégia 12.2.

Tabela 5 – IFGoiano (Quantidade de cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, vagas e inscritos por unidade (2017))

IF Goiano	Cursos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes	Vagas	Inscritos
Total	63	6.153	1.507	591	2.022	8.762
Bacharelado	21	2.828	478	216	742	4.373
Licenciatura	11	1.437	299	129	447	1.462
Tecnológico	10	957	261	106	297	1.115
Especialização	11	371	230	25	270	312
Mestrado	2	246	75	65	89	131
Mestrado Prof	7	255	150	40	163	1.333
Doutorado	1	63	14	10	14	36

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha 2018 (Ano Base 2017)

Tabela 6 – IFGoiano (Quantidade de cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, vagas e inscritos por unidade (2018))

IF Goiano	Cursos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes	Vagas	Inscritos
Total	76	7.911	2.476	689	2.346	7.641
Bacharelado	26	3.858	1.291	182	1.003	5.063
Licenciatura	12	1.674	408	136	459	1.185
Tecnológico	12	1.148	322	129	360	739
Especialização	15	550	223	73	242	320
Mestrado	2	269	88	85	112	125
Mestrado Prof	8	338	123	63	148	182
Doutorado	1	74	21	21	22	27

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha 2019 (Ano Base 2018)

Após essa clarificação de dados, verifica-se que existiu um crescimento no quantitativo de cursos de educação superior, totalizando 13 cursos a mais do que o ano de 2017. Ademais, observa-se que houve um aumento de 1758 matriculados, 969 ingressantes, 98 concluintes e 324 vagas ofertadas. Os presentes dados traduzem que há uma expansão da educação superior no Instituto Federal Goiano, tendo em vista o crescimento sequencial da articulação entre a oferta e a demanda, bem como, o acesso e permanência dos estudantes na educação superior dessa instituição educacional. Esses dados correlacionam com as estratégias 12.2 e 12.9 tendo em conta a ampliação de unidades, os cursos, as matrículas de graduação e pós-graduação, no sentido de equilibrar os processos desiguais de grupos socialmente desfavorecidos.

No entanto, as questões relativas aos diferentes campos e seus respectivos cursos e modalidade de ensino, vem adquirindo a visibilidade que os presentes espaços buscam reconhecer a necessidade geográfica da localidade da qual estão situadas, conforme mercado de trabalho, necessidade sociocultural e os processos educativos.

Quadro 4 - Quantidade e tipos de curso no IFGoiano

Curso	Campos Belos
Esp (4)	1 - Gestão de Projetos; 2 - Produção Sustentável de Bovinos; 3 - Ensino de Ciências e Matemática; 4 - Ensino de Humanidades.
Curso	Catalão
Esp (1)	1 - Especialização em Ensino de Ciências e Matemática.
	Ceres
Grad (5)	1 - Agronomia; 2 - Ciências Biológicas; 3 - Química; 4 - Sistemas de Informação; 5 - Zootecnia.
Esp (2)	1 – Esp. Produção e Utilização de Alimentos para Animais de interesse Zootécnico; 2 – Esp. Ensino de Ciências da Natureza e Educação Matemática.
M (1)	1 – Mestrado em Irrigação no Cerrado.
Curso	Hidrolândia
Esp (1)	1 - Especialização em Ensino de Humanidades.
Curso	Ipameri
Grad (2)	1 - Tecnologia em gestão comercial; 2 - Curso de segunda licenciatura em pedagogia.
Esp (1)	1 – Especialização em Docência do Educação superior.
Curso	Iporá
Grad (4)	1 - Química; 2 - Análise e Desenvolvimento de Sistemas; 3 - Agronomia; 4 - Agronegócio.

Esp (3)	1 - Esp. em Sistemas Integrados de Produção Agropecuária (latu sensu); 2 – Esp. Ensino de Humanidades (latu sensu); 3 – Esp. Ensino de Ciências e Matemática.
Curso	Iporá
Grad (7)	1 - Ciência da Computação; 2 - Sistemas para Internet; 3 - Alimentos; 4 - Zootecnia; 5 - Química; 6 - Pedagogia; 7 – Agronomia.
Esp (1)	1 – Esp. Ensino de Ciências e Matemática.
M (2)	1 - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica; 2 - Mestrado Profissional em Olericultura.
Curso	Posse
Grad (2)	1 - Bacharelado em Agronomia; 2 - Bacharelado em Administração.
Esp (2)	1 – Esp. Sistemas Integrados de Produção Agropecuária; 2 – Esp. Ensino de Humanidades.
Curso	Rio Verde
Grad (12)	1 - Administração; 2 - Agronegócio; 3 - Agronomia; 4 - Ciência da Computação; 5 - Ciências Biológicas (bacharelado); 6 - Ciências Biológicas (licenciatura); 7 - Engenharia Ambiental; 8 - Engenharia Civil; 9 - Engenharia Civil; 10 - Química; 11 - Saneamento Ambiental; 12 - Zootecnia.
M (6) D (2)	1 - Mestrado em Agroquímica; Mestrado em Biodiversidade e Conservação; 2 - Mestrado em Bioenergia e Grãos; 3 - Mestrado em Engenharia Aplicada e Sustentabilidade; 4 - Mestrado em Tecnologia de Alimentos; 5 - Mestrado em Zootecnia; 6 - Mestrado em Ciências Agrárias; 1 – Doutorado em Ciências Agrárias; 2 - Doutorado em Biotecnologia e Biodiversidade.
Curso	Trindade
Grad (3)	1 - Engenharia da Computação; 2 - Engenharia Elétrica; 3 - Engenharia Civil.
Esp (2)	1 – Esp. Educação e Trabalho Docente; 2 – Esp. Ensino de Humanidades.
Curso	Urutaí
Grad (10)	1 - Sistemas de Informação; 2 - Bacharelado em Ciência e Tecnologia de Alimentos; 3 - Análise e Desenvolvimento de Sistemas; 4 - Química; 5 - Medicina Veterinária; 6 - Matemática; 7 - Gestão da Tecnologia da Informação; 8 - Engenharia Agrícola; 9 - Ciências Biológicas; 10 - Agronomia.
Esp (1)	Especialização em Ensino de Humanidades.
M (2)	1 - Mestrado Profissional em Ensino para a Educação Básica; 2 - Mestrado Profissional em Proteção de Plantas.

Fonte: Dados criados pelo autor (PDIIFGOIANO, 2019)

Diante dessas informações, o IF Goiano também está direcionado conforme a meta 13 e a estratégia 13.5 e 14.6 do PNE, em razão do número de mestrados e doutorados ofertados favorecendo o processo qualitativo de ensino e pesquisa para as pessoas que estão distantes da capital do estado. Cabe considerar que são identificadas uma pluralidade de matrizes e que elas caracterizam representações da ordem social vigente do *lôcus*, das políticas e a necessidade das relações sociais e de mercado. Além das especificidades dos cursos, outras categorias devem ser analisadas conforme dados da tabela abaixo:

Tabela 7 – IFGoiano (Quantidade de cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, vagas e inscritos por unidade (2017))

IF Goiano	Cursos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes	Vagas	Inscritos
Campos Belos	1	45	25	18	25	31
Catalão	1	14	0	7	-	-
Ceres	8	931	248	84	263	2.382
Cristalina	-	-	-	-	-	-
Ipameri	3	122	122	0	127	156
Iporá	6	604	174	57	185	1.232
Hidrolândia	1	40	40	0	40	40
Morrinhos	11	962	270	57	321	1.388
Posse	1	34	34	0	35	37
Rio Verde	18	1.982	171	247	560	655
Trindade	1	22	22	0	30	24
Urutaí	12	1.401	401	121	436	2.817

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha 2018 (Ano Base 2017)

Tabela 8 – IFGoiano (Quantidade de cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, vagas e inscritos por unidade (2018))

IF Goiano	Cursos	Matrículas	Ingressantes	Concluintes	Vagas	Inscritos
Campos Belos	2	69	25	18	25	62
Catalão	1	37	30	0	30	30
Ceres	10	1.106	230	111	264	1.738
Cristalina	1	35	35	0	50	35
Ipameri	4	291	174	35	187	174
Iporá	6	723	168	63	181	789
Hidrolândia	1	28	0	0	-	-
Morrinhos	12	1.295	346	89	337	328
Posse	3	108	80	0	80	487
Rio Verde	19	2.688	956	244	698	869
Trindade	3	115	93	0	93	240
Urutaí	14	1.416	339	129	401	2.889

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha 2019 (Ano Base 2018)

Segundo informações da tabela, a categoria oferta de vagas apresentou uma redução nos campi de Iporá, Urutaí e Hidrolândia, haja vista que este último não apresentou oferta de vagas, indicando que o presente curso não será mais ofertado futuramente. Inobstante, os outros campi disponibilizaram mais vagas no ano de 2018 correlacionado ao ano de 2017 e, ainda de forma especial o campi de Cristalina que ofertou 50 vagas com a inserção de curso de nível superior no presente ano, reflexo este do processo de expansão do Educação superior, bem como, a harmonização com a meta 12 do atual PNE, bem como, a estratégia 12.2 mediante a ampliação da oferta de vaga na rede federal de educação superior.

Na categoria matrícula observa-se que a maioria dos campi tiveram um crescimento, tais como: Campos Belos (24), Catalão (23), Ceres (175), Cristalina (35), Ipameri (169), Iporá (119), Morrinhos (333), Posse (74), Rio Verde (706), Trindade (93), Urutaí (15). Divergindo dessa visão encontra-se o campi de Hidrolândia, o qual apresentou redução de matriculados, correspondendo 12 a menos do que o ano de 2017. De modo geral, há que considerar que o processo de interiorização dos Institutos Federais respalda a estratégia 12.9 na busca de ampliar o acesso de grupos desfavorecidos, levando a educação superior para o interior.

Além disso, verifica-se que o quantitativo de inscritos no período de 2017 e 2018 totalizaram 12.331 no IFG e 16.403 no IF Goiano, possui enquanto direcionamento a estratégia 12.16, a qual busca regular os processos seletivos de forma nacional e regional e superar os exames vestibulares isolados. Diante dessa estratégia, várias pessoas podem participar desse processo, no entanto, pontua-se que as possibilidades de muitas pessoas daquela região não conseguiriam classificar no processo seletivo, tendo em conta o nível de concorrência. E ainda, problematizar o fato das pessoas ao concluírem o curso não retornam a suas cidades de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre os fatores situacionais que demarcam o processo de interiorização e expansão da Educação Superior no Brasil, e de forma particular em Goiás, constitui uma influência significativa o processo de distribuição dos IFs, tendo em vista seu caráter público, enquanto bem material e social para pessoas. Com vistas a tal desenvolvimento, a cristalização das políticas públicas, a distribuição de orçamento adequado e a efetivação do PNE se faz necessário para a efetivação da Educação Superior. Os dados e indicadores demonstram aparentemente que entre os anos de 2008 e 2018 existiu um crescimento dos câmpis e de forma pontual a interiorização destas instituições em Goiás, totalizando 24 unidades, com 10.596 matriculados no Educação superior.

A preocupação com esta temática vem se afirmando cada vez mais, haja vista o movimento que educação deveria ser para todos. Ao observar o processo de crescimento dos IFs, nas regiões interioranas verifica-se que há uma possibilidade acesso das pessoas que não possuem condições de ir para as cidades polos e pessoas para realizar seus estudos de nível superior, conforme estratégia 12.9. Essa afirmação apresenta relevância em comparação com os dados de crescimento e ampliação de cursos, número de matrículas, oferta de vagas conforme direcionados pelas estratégias 12.1;12.2 e 12.18.

Pode-se afirmar que o aumento dos cursos de licenciatura, mestrado e doutorado possuem como base a estratégia 12.4; 13.5 e 14.6.

Entretanto, observa-se que para alcançar as presentes metas, além do cumprimento da meta 20, a qual encontra-se aprisionada mediante a PEC 241 (55) do congelamento dos gastos públicos, deve buscar a interiorização a partir da criação de cursos na área tecnológica voltadas as profissões emergente; criação dos cursos presenciais, ampliação do processo das UAB; reduzir a evasão e possibilitar as condições para o acesso e permanência dos sujeitos nas IES, bem como, os atuais manuseios empreendidos do Estado, tais como, o decreto nº 9.725/2019, tendo em vista que tais entendimentos não se criam automaticamente, possuem movimento, contradições e podem gerar intenções distintas do que era esperado. Especialmente quando se direciona em face de grupos diferentes, o impacto das políticas projetadas pelo Estado capitalista possui o efeito de interesses diferentes manifestados nas relações sociais de poder.

REFERÊNCIAS

ANDIFES, **Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e expansão das Universidades Federais** (Reuni). [2012?]

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. Brasília: INEP, 2017.

BRASIL. **Lei n. 13.005. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Edição extra. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 21 fev. 2022.

BRASIL, (INEP). **Relatório Técnico Censo da Educação Superior**. Brasília: Deaes, 2017.

BRASIL, (INEP). **Relatório Técnico Censo da Educação Superior**. Brasília: Deaes, 2014.

BRASIL, (INEP). **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Deaes, 2014

BRASIL, INEP, **Censo da Educação Superior de 2014**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/censo-da-educacao-superior>. Acesso em 10 fev. 2019.

CAMPOS, Cristian de Oliveira Lobo Campos; NETO, Joaquim José Soares. A interiorização da educação superior e o plano nacional de educação – PNE. 2016. **Associação Brasileira de Avaliação Educacional**. Disponível em: <https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/50296.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A interiorização do Educação superior e privatização do público**. UFG: Goiânia. 2001.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. **A educação superior em Goiás: regulamentação, políticas e perspectivas na reconstituição do campo universitário**. In: A LDB do Estado de Goiás - Lei Nº 26/98: Análises e Perspectivas. Alternativa: Goiânia, 2001.

DOURADO, Luis Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira. **A educação superior no plano nacional de educação (2014-2024): expansão e qualidade em perspectiva**. XXIV Seminário Nacional Universitárias/BR, Maringá: Universidade Estadual do Paraná, 2016.

FERREIRA, Taísa. **A interiorização da educação superior**. Universidades: Brasília. 2010.

FERREIRA, Suely; OLIVEIRA, João Ferreira (org). **Universidades Públicas: Mudanças, Tensões e Perspectivas**. – Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.

HERMIDA, Jorge Fernando. **A reforma educacional no Brasil (1988-2001): processos legislativos, projetos em conflito e sujeitos históricos**. Paraíba: Universitária da UFPB, 2006.

IFG, **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019**. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/documentos/62-ifg/a-instituicao/11546-plano-de-desenvolvimento-institucional-2019-2023>. Acesso em: 02 fev 2022.

IFGOIANO, **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019**. Disponível em: https://suap.ifgoiano.edu.br/media/documentos/arquivos/38_-_PDI_2019-2023_-_vers%C3%A3o_final_-_11-01-2019_-_revisado.pdf. Acesso em: 02 fev 2022.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

OLIVEIRA, João Ferreira et al. **Educação Superior Brasileira 1991-2004 Goiás**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira. 2006.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA, **Relatório PNO 2018/2**, Disponível em: <http://resultados.plataformanilopecanha.org/2018/>. Acesso em: 02 mar. 2022,

PLATAFORMA NILO PEÇANHA, **Relatório PNO 2019/1**, Disponível em: <http://resultados.plataformanilopecanha.org/2019/>. Acesso em: 15 mar. 2022.